



Adriana Duarte Leon¹

RESUMO

Este artigo busca fazer algumas reflexões sobre gênero e a consolidação da profissão docente nas décadas de 1930 e 1940. Busca analisar elementos do ingresso de mulheres na profissão docente, estabelecendo algumas relações entre o conceito de gênero e o depoimento de cinco professoras, que iniciaram sua atuação no magistério neste período. Entende-se aqui gênero como uma construção social que atende a interesses diferentes em momentos históricos diferentes. Os depoimentos coletados mostram que a construção de gênero das professoras no período analisado atendeu a interesses específicos.

Palavras-chave: História da educação; Profissão docente; Gênero.

SOME IDEAS ON GENDER AND TEACHER PROFESSION

ABSTRACT

This article tries to reflect about gender and consolidation of teacher profession in 1930's and 1940's. It also tries to analyze the entrance of women in the teaching force establishing relations between gender and the testimony of five teachers who started to teach at that period. Gender is understood here as a social construction that address to different interests according to different historical moments. The testimonies show that gender construction of those teachers were related to specific interests.

Key words: History of education; Teacher profession; Gender

¹Mestre em Educação pela UFPel. Integrante e colaboradora do CEIHE – Centro de Investigação em História da Educação – Atualmente aluna especial do PPGE /FaE /UFPel. adriana.adrileon@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente texto busca fazer algumas reflexões sobre gênero e a consolidação da profissão docente nas décadas de 1930 e 1940 na cidade de Pelotas. Bscar-se-á aqui ponderar sobre algumas das questões que estimularam o ingresso de mulheres no magistério e relacionar tais questões com o depoimento de cinco professoras que atuaram no magistério no período em questão.

Os depoimentos em análise foram coletados no desenvolver do meu trabalho de Mestrado em Educação, no ano de 2006, e serão revisitados neste momento com o objetivo de estabelecer algumas relações com o conceito de gênero.

O debate de gênero aqui se impõe pelo fato de que o ingresso de mulheres nesta profissão tem como premissa que este é um trabalho feminino. Segundo Saffioti (1994, p.271) “o acervo de teorias, acumulado em três decênios de pesquisas feministas, permite a defesa da postura que advoga a construção social de gênero”. O que permite afirmar que a representação de que as mulheres apresentam melhor aptidão para a docência é uma construção social de gênero.

A inserção da mulher no mercado de trabalho formal ocorreu atendendo a uma série de interesses que alteraram o papel da mulher na sociedade, porém tais mudanças não implicaram em uma condição de igualdade entre homens e mulheres.

Buscar-se-á analisar aqui como se deu o ingresso de mulheres no magistério, estabelecendo algumas relações do conceito de gênero com o depoimento de cinco professoras, que iniciaram sua atuação no magistério, num período de expansão do ensino (décadas de 1930 e 1940) e aumento do número de mulheres na profissão docente.

REFLEXÕES SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

No final do século XIX, sob inspiração liberal e republicana, ocorrem algumas mudanças na conjuntura nacional, do ponto de vista político, social e econômico que estimulam a necessidade de instrução. A intensificação dos processos de industrialização, urbanização e imigração acabou por aumentar a demanda por educação pública, embora com um investimento ainda muito limitado no período.



O ingresso de mulheres no mercado de trabalho - e mais especificamente no magistério - ocorre paralelamente e sob influência dessas transformações sociais, econômicas e políticas que aconteciam no país.

A necessidade e possibilidade de mão-de-obra barata e qualificada é um fator relevante para que as mulheres possam ingressar no mercado de trabalho. De acordo com Louro (1989), a participação das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho não foi tarefa fácil, pressupôs uma reorganização dos discursos convencionais, objetivando adaptá-los à nova realidade e necessidade.

Esta foi uma tarefa difícil, pois a sociedade brasileira na época, sob influência da Igreja Católica, apresentava opiniões bastante fechadas sobre qual lugar a mulher deveria ocupar na sociedade e este lugar abrangia aspectos referentes ao marido, filhos, casa, enfim, tarefas domésticas.

Interessante perceber como as representações sociais adaptam-se de acordo com as necessidades sociais estabelecidas pelo poder hegemônico. A representação social da mulher adaptou-se à situação de ocupação doméstica, enquanto isso foi necessário. Com a necessidade de um contingente feminino como mão-de-obra, essa representação foi sendo reorganizada.

OS DEPOIMENTOS COLETADOS

As cinco professoras entrevistadas nasceram no início do século XX. Quatro delas iniciaram sua atuação no magistério no início da década de 1940 e uma delas na década de 1930. Duas das depoentes iniciaram sua carreira em Pelotas e outras três, embora morassem na cidade, foram lotadas inicialmente em outros municípios e ali atuaram até concluírem o estágio probatório, de dois anos, cuja conclusão marcou o pedido de transferência para Pelotas.

A escolha das entrevistadas ocorreu em função dos seguintes critérios: terem sido professoras no período mais longínquo possível e ingressado na carreira até o fim da década de 1940. Por esse caminho, foi possível localizar algumas professoras e realizar cinco entrevistas.

As entrevistas tiveram como base dois temas centrais: a valorização social e a valorização econômica do professor. Dessas duas temáticas surge uma série de possibilidades para análise, porém são apresentadas, neste trabalho, aquelas pertinentes ao foco do estudo.



No quadro abaixo são apresentadas algumas informações sobre as depoentes. São informações sobre idade, início de carreira, locais de atuação, rede de ensino e jornada de trabalho. Utilizo nomes fictícios para as entrevistadas, considerando que isso não compromete o objetivo deste texto².

Quadro 1 – caracterização das professoras entrevistadas

Professoras entrevistadas						
Nome	Idade em 2008	Ano início carreira	Local	Escola	Rede de Ensino	Carga horária de trabalho
Helena	87	1939	São Lourenço	Boqueirão	Município	20h
Vanderléia	82	1941	Pelotas	G.E. Félix da Cunha	Município	22h
Maria	82	1943	Encantado	Escola de Hilópolis	Estado	20h
Irene	88	1944	Canguçu	Interior de Canguçu	Município	20h
Iara	81	1944	Pelotas	Pedro Osório	Estado	20h

Fonte: Entrevistas.

Alberti (2005) utiliza a expressão “história dentro da história” para caracterizar a capacidade que a entrevista possui de interrogar o passado e, por vezes, contradizê-lo.

Buscando visualizar como era a valorização da profissão docente no período em que as professoras entrevistadas iniciaram sua atuação profissional, realizei questionamentos do tipo: Os professores eram valorizados? Quem valorizava? De que forma? Quanto a senhora recebia? O que a senhora conseguia comprar?

Uma das entrevistadas afirmou “nós éramos muito valorizadas” e buscando exemplificar o quanto as professoras eram valorizadas socialmente, faz comparações entre o professor e as pessoas ilustres da cidade de interior em que lecionou. Afirma que o professor era tão valorizado quanto o prefeito, o padre e a primeira dama, para dar alguns exemplos.

² Na minha dissertação intitulada: “Profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-Grandense de professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940)”, defendida em maio de 2008, disponível na biblioteca da FaE/UFPel, utilizo os nomes reais das professoras entrevistadas e faço uma melhor caracterização de cada uma delas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E PROFISSÃO DOCENTE

Através da análise das entrevistas, percebe-se que a valorização social das professoras no período era algo significativo, ou seja, a professora possuía representação social positiva perante a comunidade. O que pode ser visto nos trechos abaixo que explicitam essa afirmação:

“Era muito valorizado! Nós trabalhávamos no interior de Arroio Grande, mas muito tempo estivemos na cidade. Quando ficávamos na sede era assim: o prefeito com a esposa, o médico do centro de saúde, uma educadora sanitária e as professoras. Nós éramos as autoridades da época, todas as festas, todas as solenidades cívicas, tudo que houvesse naquela cidade, éramos sempre convidados e tratados com muito carinho e muita amizade, éramos muito valorizados. Isso em 1943.” (Vanderléia)

Mas em tudo, mas em tudo! Pelos pais dos alunos, pelos alunos... uma professora entrava na sala de aula, os alunos todos se levantavam. Respeitavam os professores, hoje não respeitam coisa nenhuma, hoje eu não poderia ser professora porque eu sempre fui muito calma. (Iara)

A professora Vanderléia apresentou durante toda a entrevista uma preocupação em afirmar que na década de quarenta, período em que ela começou a lecionar, o professor era valorizado: “naquela época até diziam assim: quando casava um rapaz (...) que não fosse bem de vida, diziam casou, se empregou de marido”.

Ainda sobre a valorização da profissão docente destaco outro trecho do relato da professora Vanderléia: “para obter crédito nas lojas locais bastava declarar-se como professora”, são vários os comentários que dão destaque para a valorização social do professor no período.

Cabe salientar que essas professoras são aposentadas e ainda acompanham o desenvolvimento do sistema educacional no país. É quase automático fazerem uma comparação com as informações que elas recebem atualmente e o tempo em que lecionaram; tal situação aparece também em suas falas. A idéia de que no passado ser professora era melhor, baseia-se muito nessa percepção.

A possibilidade de profissionalização para as mulheres alargou-se através das escolas complementares e escolas normais. O ingresso de mulheres nessas escolas estava alicerçado no discurso da similaridade entre o exercício do magistério e certas aptidões, consideradas inatas às mulheres, discurso que explicitava a representação do que era ser mulher naquele período. Neste sentido, Almeida (1998, p.58) destaca que:

além das escolas de instrução básica para as meninas, deveria também haver uma saída para a profissionalização feminina, representada por um trabalho que não atentasse contra as representações acerca de sua domesticidade e maternidade. O magistério inseria-se perfeitamente bem nessa categoria, pelo menos era assim que rezava o discurso oficial da época.



Louro (1989, p.35) também desenvolveu essa questão e mostra que a relação entre magistério e domesticidade se dá pelo entendimento de que “o magistério é mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de criança; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família”.

A inserção da mulher no magistério brasileiro está diretamente atrelada à questão de gênero, ou seja, à construção social da mulher. Como afirma Pinto (1998, p. 409)

No caso brasileiro, ao longo das primeiras décadas do século XX, já se encontra a hegemonia de um discurso que associa o ensino primário com características consideradas femininas, tais como amor às crianças, a abnegação e a delicadeza, e que relaciona cada vez mais enfaticamente a docência à maternidade.

Em contraponto, para as moças, no início do século XX, a possibilidade de formação significava romper com a relação limitada pela família, permitia conviver com outros grupos, tanto no período em que estavam cursando a escola, como no período posterior à formatura.

Era uma profissão que apresentava menor resistência de aceitação da sociedade, em uma época em que a inserção da mulher no mercado de trabalho era algo ainda incomum. Louro, ao tratar da importância da Escola Normal para as moças, enfatiza:

para as moças de camadas médias o magistério aparecerá, desde o início como a profissão ideal, a única bem aceita socialmente. Deste modo, as escolas normais serão o caminho não só para aquelas que precisam trabalhar, como também para as que desejam estudar um pouco mais (LOURO, 1989, p.34).

Almeida (1998) afirma que ser uma professora que havia cursado a Escola Normal imprimia status perante a comunidade. Não são poucos os relatos, como vimos acima, que destacam que nas cidades pequenas a professora normalista estava posicionada entre as figuras importantes da cidade, bem como possibilitava uma condição de autonomia financeira um tanto incomum para as mulheres. “A possibilidade de aliar o trabalho doméstico à maternidade, por meio de uma profissão revestida de dignidade e prestígio social, fez com que ‘ser professora’ se tornasse extremamente popular entre as jovens.” (ALMEIDA, 1998, p.28)

As tarefas domésticas não deixam de ser uma responsabilidade da mulher, mas a docência permite que ela desenvolva as duas tarefas. No quadro um, que traça um perfil das entrevistadas, percebe-se que as cinco professoras trabalhavam um turno, restando-lhes outro turno para as tarefas domésticas.



A professora Iara, ao ser questionada sobre a possibilidade de com o salário de professora sustentar uma casa na década de quarenta, responde da seguinte forma: “isso eu não sei porque o meu marido é que sustentava a casa. (...), naquela época ninguém se queixava, pois a vida era outra. Hoje é uma loucura.”

Esta afirmação remete-nos para a seguinte reflexão. Quais necessidades deveriam ser subsidiadas pelo salário de professoras no período? O salário da professora era compreendido como uma complementação da renda familiar? Pela indicação da professora Iara não era suficiente para sustentar uma casa; supõe-se então que embora as professoras entrevistadas afirmem a valorização social da profissão, isso não correspondia necessariamente a uma boa remuneração financeira.

O aumento do número de mulheres no magistério consolida um perfil para o exercício da docência, baseado em características ditas femininas, tais como: docilidade, paciência, educação, maternidade, numa clara referência a características que são impressas e estimuladas na construção social da mulher. Neste sentido, Novaes (1984, p. 22) salienta que:

de qualquer forma, até a década de 30, a escola normal desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação da cultura da mulher brasileira. O magistério, entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte, a única profissão plenamente aceita pela sociedade, para mulher.”

Tal perfil imprime características que são polêmicas no magistério e pautam uma discussão que busca identificar os fatores que fazem da docência uma profissão majoritariamente feminina.

O processo de feminização do magistério, que é caracterizado pelo aumento do número de mulheres exercendo a docência, está atrelado ao processo de feminilização do magistério³, que se caracteriza por imprimir à profissão docente características tidas como femininas. Esses dois processos – feminização e feminilização – provavelmente favoreceram a desqualificação do profissional da educação.

Este trabalho recorre ao conceito de feminilização, adotado por Tambara (2002, p.83), que o entende como “processo de identificação entre a natureza feminina e a prática docente” para sustentar que a relação entre feminização e feminilização pode se relacionar com a valorização docente. Conforme Tambara (2002, p.94) “talvez, muito mais importante do que investigar a

³ Sobre a feminilização do magistério ver Tambara (2002).



feminização do magistério seja compreender o processo de feminilização do mesmo, mormente no que se refere às implicações associadas ao processo de qualificação/desqualificação do profissional da educação.”

A inserção de mulheres na docência é um fenômeno para além do numérico e deve ser analisada sob inspiração das discussões de gênero. A partir de 1920, produziu-se no Brasil um discurso de escola como espaço de formação moral, higiene e disciplina. Com a implementação deste discurso a mulher passa a ser professora ideal, pois apresentava melhores condições para atuar em tal espaço, considerando as suas experiências de mulher. Pinto (1998, p. 409) diz que:

Ao se colocar em segundo plano a instrução e o saber, esse discurso pedagógico ressaltava na escola elementos compatíveis com o que se pressupunha ser a feminilidade: um baixo desempenho intelectual ao lado de princípios morais mais elevados, maior disciplina, contenção, controle, pudor.

Cabe refletir sobre a desvalorização do trabalho docente exercido pela mulher e, principalmente, sobre a desqualificação técnica do trabalho exercido pela mulher, no sentido de até que ponto a adoção das características “ditas” femininas ao trabalho docente é uma forma que o desvaloriza tecnicamente.

Enguita (1991) afirma que a feminização do magistério é um dos elementos que contribuiu para a desvalorização da profissão docente. A premissa que subsidia tal afirmação é a de que o trabalho feminino é historicamente desvalorizado e o ingresso de mulheres no magistério teria estimulado tal processo. Tal fenômeno ocorre, segundo o autor, com as profissões em que há predominância de mulheres. Villela (1998, p. 63) destaca que “ao longo dos séculos, a opressão exercida sobre as mulheres fez com que o trabalho por elas desempenhado fosse considerado também inferior, instituindo um binômio perverso: seres inferiores, trabalho inferior”.

Nóvoa (1991, p.126), ao fazer uma análise global desse processo, destaca que:

a feminização do corpo docente primário, fenômeno que, apesar das especificidades de cada país, pode ser percebido no conjunto das sociedades ocidentais a partir de meados do século XIX, contribui para uma desvalorização relativa da profissão docente.

O magistério, como outras profissões que se feminizam, perde espaço e prestígio social com o ingresso de mulheres e isso nos remete a um debate de gênero. No caso brasileiro, as primeiras décadas do século XX foram relevantes no que se refere à feminização do magistério no Brasil, pois com a consolidação dos Estados Nacionais, expansão do sistema educacional e com a



falta de profissionais habilitados, a mão-de-obra feminina torna-se necessária e disponível. Catani (1997, p. 26) enfatiza que esse processo de feminização ocorreu de forma intencional e atendendo aos interesses do Estado:

o foco histórico que iluminou o processo de feminização do magistério mostrou, porém, que a desvalorização econômica e social não esteve ligada a um processo inevitável, natural e universal, mas foi resultado de seleção de alternativas e escolhas efetuadas por agentes políticos que, diante de condições concretas dadas, optaram por aliar a formação de professores, e o próprio magistério, a um menosprezo pelo feminino, ocultado do discurso, mas revelado pelos baixos salários.

Saffioti (1994, p. 280) destaca que “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”. Sendo assim, as mulheres estão em desvantagem na construção de gênero, pois historicamente ficaram marginalizadas. O poder tem se consolidado na sociedade brasileira como macho e branco.

Segundo Scott (1995, p.86), as relações de poder estão diretamente atreladas às questões de gênero:

“a definição de gênero repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional”

As relações de poder explicitam-se através de diversas variáveis, uma delas é o gênero. Saffioti (1994, p. 280), ao fazer uma análise de Scott, diz: “o gênero é sim um eixo a partir do qual o poder é articulado. Esta articulação processa-se em detrimento das mulheres”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber que a profissão docente é impregnada pelas significações de gênero na sua constituição histórica e na contemporaneidade é fundamental para entender o sistema educacional brasileiro.

A representação social da profissão docente apresentada pelas professoras entrevistadas revela um aspecto interessante do debate de gênero, pois embora recebessem uma remuneração limitada, a possibilidade de formação e exercício de uma profissão representava algo extremamente adiante do que tinham até então.



A possibilidade de exercer uma profissão e com isso adquirir uma certa autonomia foi uma vitória para as mulheres que tinham a vida limitada pelo ambiente doméstico. Por outro lado, com o ingresso de mulheres no magistério, a profissão docente inicia um processo de crescente desvalorização econômica, como já foi dito, característico das profissões que se tornam majoritariamente ocupadas por mulheres.

A situação de opressão vivenciada pelas mulheres é construída por homens e mulheres, a partir de uma representação de mundo masculino. Enquanto esta lógica não for rompida, persiste uma produção de situações de repressão, por homens e mulheres. Todos os movimentos sociais organizados que denunciam essa lógica e que reivindicam novas posturas estão gerando movimentos de circulação de poder e de desestabilização da representação vigente.

Para concluir, destaco que muitas são as ponderações que podem ser feitas acerca desta temática. Optei por tentar relacionar alguns aspectos históricos da consolidação da profissão docente com as reflexões de gênero, pois é foco de meu interesse e possibilita novas reflexões na continuidade de meus estudos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Fontes Oraís: Histórias dentro da História.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível.** São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP: 1998.
- CATANI, Denise Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUZA, M. Cecília C.C.; SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.** São Paulo: Escrituras, 1997.
- ENQUITA, F. Mariano. **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização.** Revista Teoria e Educação (Dossiê: Interpretando o trabalho docente). Porto Alegre: Pannonica editora, n° 4, 1991. (p. 41–61)
- LOURO, Guacira Lopes, **Magistério de 1° Grau: um Trabalho de Mulher. Educação e Realidade.** Porto Alegre, v.14, n.2, jul/dez. 1989. (p. 31–39).



- NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária: mestra ou tia.** São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984. (coleção: Educação Contemporânea)
- NÓVOA, António (Org). **Vidas de Professores.** Portugal, Porto Editora, 1991. (coleção: Ciências da Educação).
- PINTO, Marília Carvalho de. **Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores.** Estudos Feministas, Florianópolis, V.6, n. 2, 1998. (p. 406–422)
- SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, jul/dez. 1995. (p. 71-99)
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: **Conceituando o Gênero.** In:_____; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (orgs). *Mulher brasileira é assim.* Rio de Janeiro/ Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994. (p. 271–283)
- TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, Escola Normal, Feminização e Femilização: Magistério Sul-Rio-Grandense de Instrução Pública-1880/1935.** In: GARCIA, HYPOLITO, VIEIRA, Maria Manuela Alves, Álvaro Moreira, Jarbas Santos (Org.) *Trabalho Docente: formação e identidade.* Pelotas: Seiva, 2002.
- TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX.** Revista História da Educação. Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, abr. 1998. (p. 35-57).
- VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **Do Artesanato à Profissão: Representações sobre a institucionalização da formação docente no século XIX.** In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. *Histórias e Memórias da educação no Brasil, vol 2: séc. XIX,* Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. págs.104 a 115.